

AMBIENTALISMO INTERNACIONAL, SOCIEDADE CIVIL E DESTERRITORIALIZAÇÃO NA AMAZÔNIA

*Israel Pereira Dias de Souza**
*Elder Andrade de Paula**

RESUMO: O objetivo deste artigo¹ é problematizar a luta pelo domínio territorial na Amazônia, sob condições de aprofundamento da mercantilização da natureza, legitimada, entre outros, pela atuação do ambientalismo internacional. Nesse sentido, referenciamos em resultados de pesquisa que realizamos sobre a “Iniciativa MAP”. Surgida em 1999, essa “rede” é formada por pesquisadores e ONGs ambientalistas e atua numa faixa trifronteiriça (Madre de Dios/Peru, Acre/Brasil e Pando/Bolívia) considerada uma das dez regiões mais ricas em biodiversidade do planeta. Referenciada na ideologia do desenvolvimento sustentável e nos cânones do Banco Mundial, essa rede exerce grande influência nas políticas e na construção de um consenso em torno das questões ambientais nessa região. Nas conclusões, destacamos que, longe de uma cooperação virtuosa transfronteiriça em favor da conservação do meio ambiente, tem-se constatado a perda de controle das populações locais sobre seus territórios/recursos, resultando, assim, num processo de desterritorialização.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia. Ambientalismo internacional. Sociedade civil.

* Graduado em Ciência Política e Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Acre-Ufac/Brasil, membro do *Núcleo de Pesquisa Estado, Sociedade e Desenvolvimento na Amazônia Ocidental* (NUPESDAO). E-mail: israelpolitica@gmail.com

* Professor e Pesquisador do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre-Ufac/ Brasil. E-mail: elderpaula@uol.com.br

¹ Trata-se de uma versão modificada da comunicação *Ambientalismo, Territorialização/Desterritorialização na Fronteira Trinacional Amazônica (Peru, Brasil e Bolívia)*, apresentada no IV encontro da ANPPAS, ocorrido em julho de 2008, Brasília.

ABSTRACT: This article focuses on the struggle for territorial domain in the Amazon, under deep mercantilization of nature, legitimated among others by the international environmentalism. In this sense, we base our study in the results of an investigation about “MAP Initiative”. This “net” surged in 1999, composed by researchers and environmentalist NGOs, centers its actions in the tri-national-frontier area (Madre de Dios/Peru, Acre/Brazil and Pando/Bolivia) which is considered one of the ten richest and biologically diverse regions in the planet. Based on the ideology of sustainable development and World Bank precepts, this net has great influence in the politics and in the construction of a consensus related to environmental issues in the region. In the conclusions we point out that, far away from a virtuous transfrontier cooperation in favor of the environmental conservation, we verify the loss of control by the local populations over their resources/territories, having as result a desterritorialization process.

KEYWORDS: Amazonian. International environmentalism. “Civil society”

Amazônia: entre a “satanização” do Estado e a “sacralização” da “sociedade civil”

São muitos os problemas colocados à soberania dos Estados nacionais latino-americanos desde sua conformação como periferia do “moderno sistema-mundo”. Alguns desses problemas diminuíram e outros foram superados quando, variando caso a caso, os diversos países desse continente deixaram de ser colônias e alcançaram sua “independência”. Mas, em virtude de acontecimentos das três últimas décadas que acabaram por erodir conquistas alcançadas com a independência e com a conjuntura peculiarmente favorável do pós-Segunda Guerra, os problemas têm se multiplicado, complexificado e intensificado. De um lado, a queda do socialismo real e a fragilização de alguns dos principais instrumentos de luta das classes e dos grupos subalternos, como os sindicatos e partidos de inspiração socialista. De outro, a con-

tra-ofensiva do capital contra o trabalho/cidadania e tudo o que ela tem por meio ou efeito: o dismantelamento dos fundamentos do Estado de Bem-estar Social e do Estado-nação, a mobilidade do capital financeiro em volume e rapidez inauditos, a crença na vitória final do capitalismo e a descrença em projetos alternativos a ele etc.

Nesse contexto, o capital global e seu Estado hegemônico deitam raízes, criando as condições para uma acumulação ininterrupta, como forma de superar a crise de acumulação ocorrida nos anos de 1970. Dentre outras coisas, essa crise ensejou o processo que conhecemos como reformas do Estado, a flexibilização da soberania dos Estados nacionais periféricos e a intensificação da mercantilização dos últimos recursos gratuitos da natureza.

Esse processo foi acompanhado por uma espécie de “satanização” do Estado. Taxado de incompetente e culpado pela referida crise, com as reformas este é obrigado a abrir-se à “governança”, isto é, à “colaboração” da “sociedade civil” que seria, por assim dizer, o seu complemento inverso. O termo governança, como as reformas, trará em seu DNA uma profunda desconfiança/hostilidade para com o Estado e certo deslumbramento para com a sociedade civil. Enquanto o Estado é caracterizado pela força, autoritarismo e incompetência, a sociedade civil, sacada de base material, passou a sê-lo pelo consenso, liberdade e competência. Esta compreensão e a correlação de forças em que ela se assenta criam, então, as condições para um reordenamento de poder entre sociedade civil e sociedade política. Em linhas gerais, isto implicou na transferência de algumas atribuições desta para aquela.

Considerada também principal protagonista pela redemocratização do Leste europeu e da América Latina, a sociedade civil sai desse processo de crise/reforma sacralizada, esterilizada em relação aos conflitos e interesses nacionais e de classes, fortalecida como espaço onde supostamente se poderiam harmonizar os mais diversos interesses e se apontar os novos caminhos para o desenvolvimento e os sujeitos idôneos para tanto.

Assim, esse reordenamento de poder marcará uma peculiar concepção no tratamento dispensado à Amazônia e aos proble-

mas da soberania em seu chão. Durante o período da ditadura militar no Brasil, as políticas e estratégias de desenvolvimento para a Amazônia eram centradas no Estado e amparavam-se numa estratégia de desenvolvimento que se fazia conjugar com a doutrina de segurança nacional e certo nacionalismo. Em primeira e última instância, cabia ao Estado promover o desenvolvimento da região e protegê-la. Dado que a estratégia era *integrar para não entregar*, desenvolver e proteger eram duas faces de uma mesma moeda. Deve-se ressaltar, no entanto, que esse “nacionalismo militar” não só não impediu como mesmo estimulou através de incentivos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) a implantação de projetos estrangeiros, como o Jarí Florestal e Agropecuário coordenado pelo milionário estadunidense Daniel Keith Ludwig.²

Durante esse período, a Amazônia foi considerada um obstáculo ao projeto de modernização do Governo Federal, que se materializava, sobretudo, no domínio da natureza e expulsão – e, às vezes, até em extermínio – de populações camponesas e indígenas de suas localidades. No caso do Acre, ele ganhou forma na substituição do extrativismo pela pecuária extensiva de corte. Isso acarretou séria ameaça aos meios materiais de sobrevivência das populações aí residentes e, ao mesmo tempo e por conta disso, foi alvo de contundentes críticas. Nesse cenário,

os moradores da floresta – os seringueiros – vêem seus territórios de vivência serem ameaçados e eles prestes a serem “desterritorializados” (expulsos e violentados pelas desapropriações, fosse por via indenizatória, ou pela ação física direta lhes excluindo da terra). Daí, as condições que emergem de acirramento das contradições postas pelo “chamado processo modernizante” do país, em que a luta de classes estará no centro de todo o processo de produção deste espaço. Tem-se então, uma década em que ocorre o

² ARBEX JR., José. “Terra sem povo”, crime sem castigo. Pouco ou nada sabemos de concreto sobre a Amazônia. In: TORRES, M. *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília: CNPq, (2005).

início da organização da luta, no despertar para a resistência, perante a violência suscitada.³

Com o aprofundamento das reformas nos anos 1990, essa perspectiva é abandonada e as estratégias de desenvolvimento que tinham no Estado seu principal autor são rechaçadas e substituídas pelas estratégias voltadas para o mercado e que têm na descentralização e no fortalecimento da participação da sociedade civil um de seus maiores trunfos.⁴

Outro fator que se destaca a partir desse período é a consolidação de um consenso em torno do desenvolvimento sustentável. Tomando esta bandeira das mãos de movimentos sociais e ambientalistas diversos, o Banco Mundial (BM) se apressa em estabelecer um marco conceitual nos termos mais aceitáveis e favoráveis ao capital.⁵

Aliado ao seu já velho e conhecido poder político e financeiro, o consenso criado por esta instituição mostrou-se extremamente eficaz em influenciar políticas públicas e de, em torno de uma suposta comunhão, diluir interesses histórica e estruturalmente divergentes, seja *intra* ou *inter-estados*, seja na sociedade civil ou na sociedade política, em nome e através da “governança ambiental”. Esse último termo acrescenta ao termo governança a questão ambiental, que, supostamente, estaria acima ou isenta dos interesses nacionais e de classes. É como se o *interesse* e o *dever* em preservar o meio ambiente sobrepujassem quaisquer outros interesses. Diante do caráter *universalista, neutro e nobre*

³ SILVA, Silvio Simione. Tempos da violência, espaços da resistência. In: PAULA, Elder Andrade de e SILVA, Silvio Simione (Org.). *Trajetória da luta camponesa na Amazônia-acreana*. Rio Branco: Edufac, 2006. p. 141-182.

⁴ SOUZA, Israel Pereira Dias de. *Soberania e “Governança Ambiental” na Amazônia Sul-Occidental: um olhar sobre a “Iniciativa MAP”*. 2007. 168 p. (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2007.

⁵ PAULA, Elder Andrade de. *(Des)Envolvimento insustentável na Amazônia Occidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza*. Rio Branco: Edufac, 2005a.

que é atribuído à questão ambiental, todos os outros interesses seriam particularistas, egoístas ou mesmo espúrios.⁶

De modo que ideia de “governança ambiental” corrobora para a sacralização não só de um “sujeito” (sociedade civil), mas também de um “objeto” (meio ambiente). Estabelece-se, assim, certo consenso quanto a sociedade civil ser o sujeito idôneo para cuidar do meio ambiente. Ilustrativo a esse respeito é a afirmativa de Tilio Neto, autor que atribui à sociedade civil não só o respaldo para cuidar do meio ambiente, mas ainda da soberania nacional. Para esse autor, a “substituição dos militares pela ‘sociedade civil’ remete diretamente a Hermann Heller, o autor segundo o qual o próprio povo é o detentor do poder soberano”.⁷ A operação realizada pelo autor é bem simples: democratização + substituição dos militares e diplomatas pela sociedade civil no que diz respeito à tomada de posição com relação à soberania na Amazônia = soberania popular.

Iniciativa MAP

Nesse cenário de satanização do Estado, de sacralização da sociedade civil e de construção do consenso em torno do desenvolvimento sustentável, o ambientalismo internacional ganha enorme força de influência nas políticas nacionais de desenvolvimento e/ou conservacionistas. Esse fato trará profundas reorientações no tratamento dispensado à soberania dos Estados nacionais e populações locais da região amazônica sobre seus territórios.

Para melhor compreender a influência do ambientalismo internacional na região, pode-se tomar como objeto de análise a “Iniciativa MAP”. Esta última é uma “rede”⁸ formada em 1999 e

⁶ SOUZA, Israel Pereira Dias de. *Op. cit.*, p. 83.

⁷ TILIO NETO, Petronio de. *Soberania e ingerência na Amazônia brasileira*. 2003. 143 p. (Mestrado em Ciência Política), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo 2003.

⁸ As “redes” serão aqui entendidas como “aparelhos privados de hegemonia” pertencentes à esfera da “sociedade civil” e, portanto, como constituintes do “Estado ampliado”.

coordenada por pesquisadores de instituições internacionais e nacionais diversas e ONGs atuantes na Amazônia Sul-Occidental. Mais precisamente ela atua na fronteira trinacional formada pelos departamentos de Madre de Dios/Peru, Pando/Bolívia e pelo estado do Acre/Brasil (donde então a sigla MAP), uma região considerada um dos dez pontos mais ricos em biodiversidade do planeta.

A referida rede é também conhecida por outros nomes como “Fórum MAP”, “Movimento MAP” e “Consórcio MAP”. Afim de não sucumbirmos a essa “polissemia”, usaremos a expressão “Iniciativa MAP” para nos referirmos à articulação desses sujeitos da “sociedade civil”. Esta última será entendida aqui segundo a acepção gramsciana, isto é, como pertencente ao “Estado ampliado”, como “esfera” onde as classes e os países, através dos “aparelhos privados de hegemonia”,⁹ lutam por ela e pela contra-hegemonia. Através da “sociedade civil” (nacional e internacional) as classes e os países dominantes buscam assegurar sua supremacia via “direção”¹⁰ sobre as classes, grupos e países subalternos.

⁹ “Não se pode perder de vista”, diz Simionatto, “que a classe dominante realiza o controle do consenso através de uma rede articulada de instituições, que Gramsci denomina ‘aparelhos privados de hegemonia’, incluindo: a escola, a Igreja, os jornais e os meios de comunicação. Esses aparelhos” continua a autora, “têm por finalidade inculcar nas classes exploradas a subordinação passiva, através de um complexo de ideologias formadas historicamente”. Contudo, cabe esclarecer que a sociedade civil não é monolítica, nem tampouco monopólio de uma classe apenas, ainda que essa classe seja a dominante. Ela é cindida em conflitos diversos. Ver SIMIONATTO, Ivete. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social. Editora Cortez: 2004.

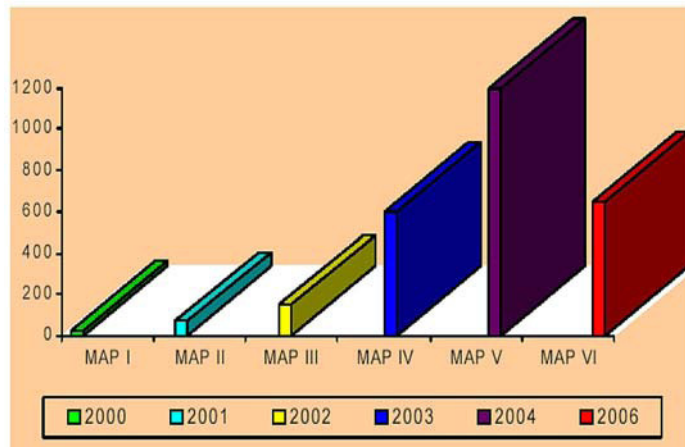
¹⁰ Através da direção política, intelectual, moral e cultural, o grupo se torna hegemônico, valendo-se das alianças políticas, das ideias, dos valores, do consenso. Dessa forma, a hegemonia se apresenta “como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer” (ver GRUPPI, Luciano. O conceito de hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1978). O grupo hegemônico constrói consenso, assegurando uma base social de apoio aos seus projetos, concebendo-os e apresentando-os como sendo de interesse “universal”. Firma alianças com outras classes, seja através do consenso passivo ou ativo, isto é, levando em consideração ou não os anseios e reivindicações das classes e grupos com que pactua.

Naturalização, despolitização e desnacionalização

Em trabalho muito sugestivo, Paula¹¹ chamara a atenção, dentre outras coisas, para alguns elementos da experiência do MAP. Entre eles sobressai o fato de a Iniciativa MAP ser guiada por um grupo de cientistas ligados à temática ambiental. Alguns deles têm pesquisas financiadas por agências não governamentais dos EUA que, por sua vez, têm entre seus doadores grandes corporações ligadas à linha de produtos fitoterápicos.

Além disso, prossegue o autor supracitado, em muito curto espaço de tempo (ver gráfico 1), ela obteve grande legitimidade tanto nas esferas da sociedade política (envolvendo a participação de prefeituras e demais instituições governamentais de âmbito estadual e ou departamental) como da sociedade civil (abrangendo desde organizações do campesinato, indígenas até a in-

Gráfico 1: Evolução dos encontros do MAP



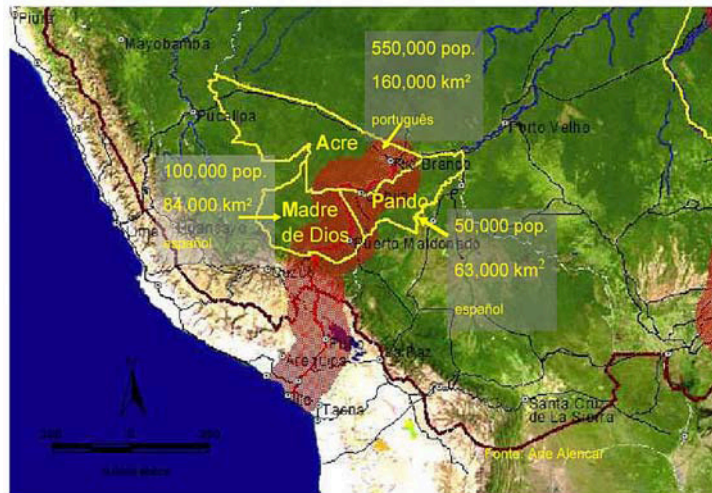
Fonte Melo, 2006.

¹¹ PAULA, Elder Andrade de. *Internacionalização da Amazônia sob a Hegemonia Estadunidense*. Texto publicado nos Anais do VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA e 7ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS. Conservatória-RJ, 2005b.

dústria madeireira). Sua atuação é marcada pela tentativa de conciliar sob o manto do desenvolvimento sustentável as contradições de classes e nacionais e de equacionar conflitos históricos pelo diálogo.

Por ser esta uma área de fronteira trinacional e envolver dois departamentos e um estado, os dirigentes da Iniciativa MAP a denominam “Região MAP” (Madre de Dios/Peru, Acre/Brasil e Pando/Bolívia) (ver figura 1). Eles alegam um conjunto de fatores na defesa dessa idéia. Dizem que a área formada pela união dessas unidades políticas conta com uma população estimada em 700.000 habitantes e com 307.000 km² de extensão. E que, se tomarmos como referência um raio de apenas 750km do Acre, veremos que aí vivem cerca de 30 milhões de pessoas.¹²

FIGURA 1: “Área MAP”



Fonte: Ane Alencar extraído de Foster Brown, 2005

¹² MELO, João de Jesus Silva. *Desenvolvimento e Meio Ambiente na fronteira trinacional Amazônica: Um estudo da atuação do MAP (Madre de Diós – Acre – Pando)*. 2006, 243, (Mestrado em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais, Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2006.

Ainda segundo os coordenadores da iniciativa, os três estados têm em comum *una vocación amazónica similar*. Daí então, veio a concepção primeira do MAP, cunhada no ano de 2000: “Região MAP”. Essa é, sem dúvida nenhuma, uma clara referência ao espaço ou lugar geográfico ou, mais acertadamente, a seus aspectos físicos naturais. Mas não aos Estados nacionais e suas fronteiras. Estes são, em certo sentido, ignorados.

A questão da fronteira, se não é completamente rechaçada, pelo menos é relegada à categoria de fator secundário e, as vezes, a de fator inconveniente a ser superado. A ideia de “superação” está posta de forma implícita visto que se parte do pressuposto de que o meio ambiente é de valor universal e, portanto, é do interesse e dever de todos o cuidado para com ele. A bem da verdade, naturalização, despolitização e desnacionalização, além de estarem intimamente inter-relacionadas, são pressupostos e efeitos da atuação da iniciativa. Isso pode ser muito claramente percebido ao longo de seus diversos encontros¹³.

Para apreender de forma mais clara o sentido dos MAPs ocorridos até aqui, é importante observar a influência do MAP III sobre os demais encontros, cujo resultado está contido na *Carta de Cobija*. Isto porque, segundo seus dirigentes, este é um documento conjunto que

¹³ Foi na cidade de Rio Branco (capital do estado do Acre), no ano de 2000, que aconteceu o MAP I cujo título foi *Índice de cambios de cobertura y uso del suelo en la región acreana*. O MAP II ocorreu em Puerto Maldonado (capital do departamento peruano Madre Dios), no ano de 2001 e seu título foi *Taller de evaluación ambiental estratégica e intercambio de información*. O MAP III aconteceu em Cobija (capital do departamento boliviano de Pando), entre os dias 9 e 12 de setembro de 2002, com o título de *De fronteras de separación a fronteras de cooperación*. No ano de 2003, nas cidades brasileiras de Brasiléia e Epiaciolândia, ocorria o MAP IV. Seu título era *IV Fórum trinacional: construyendo una historia de cooperación el desarrollo sostenible de la región MAP*. De 16 a 19 de setembro de 2004, acontecia na cidade de Puerto Maldonado o MAP V: *La educación sin fronteras al servicio de la integración y al desarrollo sostenible de la región MAP*. E, finalmente, em julho de 2006 na cidade de Cobija, deu-se o MAP VI: *Fortaleciendo las raíces de un futuro común en la Región MAP*.

contiene los resultados de la reunión proyectando, al mismo tiempo, distintas líneas de acción hacia futuro en el marco del desarrollo sostenible. Esto pronunciamiento se convirtió en una suerte de norma o guía para los siguientes encuentros anuales.¹⁴

Foi precisamente nesse terceiro encontro que aconteceu uma mudança muito significativa. Nele, “ocorreu a transformação da concepção do processo de sua acepção inicial de ‘Região MAP’ – que enfatizava a noção de ‘espaço ou lugar geográfico’ – para um novo significado mais próximo da noção de ‘fórum’, quer dizer: encontro, diálogo, intercambio, debate, participação...”.¹⁵

Estejamos atentos. A própria concepção de “Região MAP” é já “desenhada” – para utilizar a expressão de Haesbaert – tomando como referência outros fatores que não o território como elemento constituinte das unidades políticas que dela fazem parte. Essa ideia é radicalizada ainda mais com a concepção de “Fórum”, que possibilita, através de termos sinônimos – ou quase isso – como diálogo, intercâmbio, debate, participação, uma noção mais ampla de “governança ambiental”.

Isso sugeriria uma cooperação para além ou apesar das fronteiras. Se, até então, a ideia era implícita, agora se torna explícita. Para confirmar esse fato, basta verificar, confrontando com os dois primeiros encontros, o título dos eventos a partir do MAP III cujo título é *De fronteras de separación a fronteras de cooperación*; MAP IV: *IV Fórum trinacional: construyendo una historia de cooperación el desarrollo sostenible de la región MAP*; MAP V: *La educación sin fronteras al servicio de la integración y al desarrollo sostenible de la región MAP*; MAP VI: *Fortaleciendo las raíces de un futuro común en la Región MAP*.

Podemos dizer, assim, que naturalizando a região e as questões regionais – o que significa, em primeira e última instância, a tentativa de esvaziar os processos sociais de seu conteúdo políti-

¹⁴ CHÁVEZ, Abdon Ramirez *et. al.* *Pensando la Amazonia desde Pando*: El MAP, una iniciativa trinacional de desarrollo. La Paz: FUNDACIÓN PIEB, 2005.

¹⁵ CHÁVEZ, Abdon Ramirez *et. al.* *Op. cit.*, 54.

co-conflitivo –, a Iniciativa MAP se propõe a tarefa de redesenhar esse território, tanto no imaginário/compreensão da população local como no sentido de intervir/orientar as políticas públicas de uso/gestão/apropriação desse chão/recursos. Numa palavra, o que assistimos é a tentativa no sentido de “desterritorialização”.

Valendo-nos dos ensinamentos de Haesbaert, podemos dizer que, para os Estados nacionais e populações locais da região, o resultado disso é “[...] instabilidade ou fragilização territorial [...] impossibilidade de construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios, seja no sentido de dominação político-econômica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural”.¹⁶ Desterritorialização, assim, pode ser entendida como “exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto ‘recurso’ ou ‘apropriação’ (material e simbólica) indispensável à nossa participação efetiva como membro de uma sociedade”.¹⁷

Como não se trata de extinguir nem o território nem o controle/apropriação material/simbólico sobre ele, esse é um processo também de “reterritorialização”. O território e seu controle/apropriação continuam, porém mudam os sujeitos que dele se apropriam e as formas pelas quais ele é apropriado.

(In)definições e genealogia

Nesse cenário, tornar-se relevante uma das principais funções da Iniciativa: construir, entre os grupos subalternos e outros grupos, o consenso em torno do desenvolvimento sustentável e das parcerias que este requer para sua consecução. Esta função não é nada desprezível ou puramente ecológica, se entendermos os vaticínios de Altvater, para quem

conflitos sociais e lutas teóricas não se concentram só ao redor da estrutura de classe, o conflito das classes e os interesses das clas-

¹⁶ HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

¹⁷ HAESBAERT, Rogério. *Op. cit.*, p. 315.

ses em uma sociedade capitalista, mas também ao redor da relação entre homem e natureza, o meio ambiente construído, os condições gerais de produção, a questão da qualidade e da quantidade de provisão de bens públicos.¹⁸

Quanto mais gozar de legitimidade entre esses grupos, mais a “Iniciativa” será exitosa em desempenhar essa função. E essa legitimidade está intimamente relacionada a como a Iniciativa se apresenta ou é percebida. Podemos compreender, por esse caminho, porque há tantas hesitações e indefinições quanto ao que seja a “Iniciativa”. Em sua página (www.map-amazonia.net), seus dirigentes mostram grande preocupação em dizer o que ela não é: Que não é o MAP? 1) Não é um movimento institucional; 2) Não é um movimento político; 3) Não busca converter-se em uma instituição e 4) Não busca substituir nem desprezar as organizações existentes.

Apesar disso, esse pretense apoliticismo e essa indefinição guardam pretensões nada diminutas ou ingênuas. É objetivo dos dirigentes da iniciativa que ela seja vista como um amplo e democrático movimento social transfronteiriço e extrair daí a legitimidade correspondente. Vera Reis, uma de suas mais destacadas dirigentes, chamá-la-á de movimento que

funciona hoje como uma rede, cuja estrutura organizacional consegue reunir indivíduos e instituições de forma horizontal, sem hierarquia, trabalhando de forma colaborativa, na busca de objetivos comuns, de forma igualitária e democrática, incorporando novos paradigmas de desenvolvimento às políticas e práticas sociais e governamentais na fronteira Brasil, Bolívia e Peru.¹⁹

Em um dos documentos da Iniciativa (Carta Brasília/Epita-

¹⁸ ALTVATER, Elmar. A teoria marxista e os limites do crescimento. In: PROCÓPIO, Argemiro. *Relações internacionais: os excluídos da arca de Noé*. São Paulo: Editora Hucitec, 2005. pp. 163-192.

¹⁹ PAULA, Elder Andrade de. *Op. cit*, 2005b.

ciolândia), encontramos sua caracterização como um “movimento social transfronteiriço” que entende que só “via colaboração e integração de vários segmentos de sociedades locais, regionais, nacionais e global é possível alcançar as aspirações para um desenvolvimento da Amazônia Sul-Occidental que pode se sustentar para as próximas décadas e além do ano 2100”. Por seu turno, Cora van Oosten, analisando as origens do MAP, chegará mesmo a afirmar que ele

es un ejemplo de integración regional desde a bajo. No es un acuerdo entre gobiernos nacionales. Los acuerdos políticos están. Pero el MAP representa una integración a la base, una iniciativa local, en lo cual todos actores locales están involucrados. Representan los ciudadanos que dan una propia forma a la integración regional, digamos una integración que surge al nivel local, y que esta subiendo a niveles políticos mas altos. Es un ejemplo de una población que no esta frustrada, pero esta activamente buscando como aprovecharse de la regionalisacion.²⁰

Essas colocações feitas pelos dirigentes do MAP e pesquisadores quanto às suas origens históricas acabam por ocultar sua verdadeira genealogia e, portanto, impedem ou tornam confusa a compreensão que se possa ter das implicações de suas atuações para os Estados nacionais e populações locais da região. Com efeito, o surgimento da Iniciativa se dá num momento de abertura à atuação de agências multilaterais na região e de fragilização da soberania dos Estados nacionais que a compõem. Das varias instituições que exercem influência na região, duas ganham relevo: o Banco Mundial e o Experimento de Larga Escala na Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA).

No âmbito das instituições financeiras, o Banco Mundial ganha relevo por sua proeminência e êxito em conseguir, ao mesmo tempo, assegurar a ingerência dos EUA na região e difundir a

²⁰ Trecho extraído do texto “Cooperação internacional e o Processo MAP”, apresentado no MAP V.

visão e a prática mercadológicas no tratamento da natureza. Na verdade, as duas coisas andam juntas, a imposição da lógica mercadológica e as estratégias de apropriação dos recursos naturais dos países periféricos por parte dos centrais. Para Coronil,

Um sintoma revelador do crescente domínio da racionalidade do mercado é a tendência não só a tratar todas as formas de riqueza como capital na prática, mas a conceitualizá-las como tais na teoria [...] O Banco Mundial propõe que esta reconceitualização seja vista como uma mudança paradigmática na medição da riqueza das nações e na definição dos objetivos de desenvolvimento [...] Ironicamente, na medida em que a natureza está sendo privatizada e passa a um número menor de donos, está sendo redefinida como “capital natural” de nações desnacionalizadas, governadas pela racionalidade do mercado global [grifos do autor].²¹

Esse tratamento mercadológico (prático e conceitual) dispensado à natureza se faz presente também no seio da Iniciativa MAP. Isso pode ser percebido no terceiro encontro em que se constituiu a formulação de quatro mesas distintas ou Mini-MAPs em que se dividiriam os trabalhos: Conservação Ambiental, Desenvolvimento Econômico, Equidade Social e Políticas Públicas.²²

Para o diretor de Investigação Científica e Tecnológica da Universidade Amazônica de Pando (UAP) e organizador do MAP III, Rioja Ballivián,²³ a proposta de desenvolvimento da Iniciativa

²¹ CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, Edgard (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. pp. 105-132.

²² Enquanto os MAPs permanecem anuais, os Mini-MAPs ocorrem ao longo de todo o ano e por várias vezes. Estes funcionam, por assim escrever, como uma espécie de acúmulo de debates e envolvimento e preparação de diversos sujeitos para aqueles. Sobre o tema ver Chávez *et. al. Op. cit.* e Melo. *Op. cit.* Para uma abordagem mais crítica, ver Souza. *Op. cit.*

²³ RIOJA BALLIVIÁN, Guillermo. Antropología de frontera: investigación em region Trinacional MAP. In *Revista de Antropología Iberoamericana*, nº 43, 2005.

MAP tem influência de duas visões: a holística e a indígena/campesina. A visão holística é aquela que emerge da interação entre os autores que denunciam a vulnerabilidade do planeta e propõem a prática sistemática de desenvolvimento sustentável para todas as formas de vida do planeta. A visão indígena/campesina, por seu turno, é aquela segundo a qual o ponto central do desenvolvimento não está no crescimento econômico, mas no desenvolvimento humano integral e harmônico.

Nesta perspectiva última, a qualidade de vida deveria ser cada vez melhor nos níveis local e global. Ela deveria, em suma, compreender os aspectos econômico, social e cultural, com uma concepção mais democrática e mais justa.²⁴ Porém, com essa estrutura organizacional, a Iniciativa reproduz e legitima as concepções e diretrizes que orientam a atuação coordenada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial na Amazônia continental. Isto pode ser comprovado pelo fato de que, além da visão mercantilizada da natureza, tanto na orientação discursiva quanto na sua estrutura operacional a Iniciativa dissocia desenvolvimento econômico de meio ambiente e, sobretudo, da dimensão social.²⁵ Esta última é tratada à parte, no tema da equidade social.

Chávez, Aguilar e Tirina²⁶ afirmam que na história dos encontros do MAP

y sus perspectivas actuales se pueden rastrear los signos que conducen a una nueva versión de un debate central e ineludible: Preservación o desarrollo? Algo que desde la página en la web (www.map-amazonia.net) del MAP prefiere plantearse en término de desafío puesto que la puesta de esta iniciativa es, precisamente, resolver el dilema apostando por un modelo fundamentado en una inversión económica que respete la conservación de la naturaleza.

²⁴ RIOJA BALLIVIÁN, Guillermo. *Op. cit.* p. 4-5.

²⁵ PAULA, Elder Andrade de. *Op. cit.*, 2005b.

²⁶ CHÁVEZ, Abdon Ramirez *et. al.* *Op. cit.* p 58.

Como Paula²⁷, porém, afirmamos que o que ocorre é um deslocamento da controvérsia fundamental. Isto é, já não se trata mais de opor exploração econômica *versus* preservação, mas sim de definir escolhas entre alternativas de desenvolvimento capazes de compatibilizar interesses econômicos com a conservação ambiental.

O Banco Mundial exerce influência na região ainda através de sua atuação via PPG7 (Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais, criado em 1992 e conduzido sob sua coordenação). Alguns dos objetivos principais desse programa são: “demonstrar a compatibilidade do desenvolvimento econômico com a conservação dos recursos naturais da Amazônia e da Mata Atlântica, proteger a biodiversidade, reduzir as emissões de carbono e criar um novo modelo de cooperação institucional para resolver um problema ambiental global”.

As parcerias institucionais que daí resultam envolvem os três níveis de governo (federal, estadual e municipal), ONGs, setor privado, agências de cooperação técnica e financeira bi e multilaterais. A participação das ONGs nos chamados “Programas Demonstrativos” é coordenada pelo Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), uma rede que agregava até o ano de 2005 aproximadamente 500 organizações diversas que atuam na Amazônia: sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas, associações de pequenos agricultores, organizações indígenas, Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) etc.

No campo da pesquisa científica, o LBA na Amazônia se sobressai cumprindo exitosamente os objetivos reservados a uma instituição de pesquisa internacional para uma ingerência sistemática na região. Ele agrega cerca de 40 organizações e instituições brasileiras, 25 dos demais países amazônicos, instituições de oito países europeus e dos EUA, com destaque para a participação da Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço dos EUA (NASA).

²⁷ PAULA, Elder Andrade de. *Op. cit.*, 2005a.

Criado no Brasil em 1998, o LBA desenvolve mais de 100 estudos em 7 temas: física do clima, ciclo de carbono, queima da atmosfera, hidrologia, biogeoquímica, uso da terra e dimensões humanas. Os custos das pesquisas para o período de seis anos estão previstos em US\$80 milhões. 50% desses custos são financiados pelos EUA e 20% pela Europa. O Brasil se responsabiliza por parte do custeio direto. Sua grande contribuição, entretanto, é a manutenção de todas as áreas de experimento e dos pesquisadores e técnicos brasileiros participantes.²⁸ Somente entre 1998 e 2004, o LBA desenvolveu 120 projetos, com a participação de 1.689 investigadores, 640 estudantes e 245 instituições.

A Secretaria de Políticas e Programas de Ciência e Tecnologia do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) agrupou em uma mesma coordenação o LBA, o Subprograma de Ciência e Tecnologia do PPG7 e o Projeto Jacarandá. Este último, financiado pelo Japão, associou-se ao PPG7 em 1999. O seu objetivo principal é contribuir para a criação de um modelo de manejo da floresta natural por meio de tecnologias que possam harmonizar conservação ambiental e desenvolvimento sustentado.

Além do que vimos, o LBA desempenha ainda um papel sumamente estratégico: estender projetos dessa natureza a outros países e regiões. Nisso podemos perceber sua influência na “administração regional”.

Durante la ejecución de los múltiples estudios ejecutados en el marco de LBA, se llegó a la convicción central de que para lograr cambios realmente sostenibles e eficaces en las áreas de intervención era necesaria una acción que sobrepasaba los límites nacionales e que debía involucrar, necesariamente, una perspectiva “Panamazónica”. De esta manera se inició la coordinación, reflexión e intercambio de información del Brasil con académicos y científicos peruanos y bolivianos con el propósito de comprender, de manera global, el funcionamiento vital de la Amazonia.²⁹

²⁸ PAULA, Elder Andrade de. *Op. cit.*, 2005b.

²⁹ CHÁVEZ, Abdon Ramirez *et. al.* *Op. cit.* p 48.

A ideia de homogeneização/naturalização da região defendida pela Iniciativa MAP é, portanto, oriunda do LBA e não de sujeitos da própria região. Aliás, essa é uma das capacidades atribuídas às “redes” por Haesbaert.³⁰ Elas estão sempre, diz o autor, “desenhando materialmente territórios, novos territórios com uma carga muito maior de imaterialidade, é verdade, mas nem por isso ‘não-materiais’”. Essa ideia de “Região MAP” reflete, na verdade, a intenção de re-desenhar esse território, tendo por base não mais as referências das unidades políticas nacionais (Estados) e suas populações locais, e sim o universalismo ecológico e/ou cientificista.

Sendo orientado por essa ótica panamazônica, esse “Experimento” foi desenvolvendo seus projetos em uma área cada vez mais extensa. Hoje, seus projetos são desenvolvidos em 16 grandes áreas amazônicas. É neste contexto que se pode apreender a criação da iniciativa MAP. De fato, podemos afirmar que

La gestación del MAP está vinculada, específicamente, com la actividad científica del LBA en el área del Rio Branco (capital del Estado de Acre), ubicada em el occidente amazónico e fronteriza com la región Madre de Dios (Perú) e com el departamento de Pando (Bolívia). Rio Branco es, en los fatos, el epicentro histórico y geográfico del processo MAP. [...] Un epicentro desde el que se há ido extendiendo el área de influencia de acuerdo com la coordinación que exigia la investigación propuesta por el LBA [...].³¹

Contribuiu para esse feito a relação que os dirigentes (acadêmicos e pesquisadores) do MAP têm com o LBA. Na verdade, esse grupo esteve vinculado em diferentes momentos aos projetos de capacitação e investigação do LBA, e ao Parque Zoobotânico (PZ) da Universidade Federal do Acre (UFAC). Essas duas instituições são centrais para o MAP.³²

Perceberemos, assim, duas coisas que caminham juntas em

³⁰ HAESBAERT, Rogério. *Op. cit.*, p. 300.

³¹ CHÁVEZ, Abdon Ramirez *et. al. Op. cit.* p 50-51

³² CHÁVEZ, Abdon Ramirez *et. al. Op. cit.* p 63.

sua gênese e importância: 1) a criação da “Iniciativa” e da ideia de “Região MAP” se dão de forma simultânea e orgânica; e 2) ambas vêm por cima e não por baixo.

“Sociedade civil realmente existente” e os Leviatãs do ambientalismo

Segundo seus dirigentes, dois princípios favorecer-*iam* o prestígio do MAP: 1) a participação da sociedade civil nos processos decisórios e 2) o acesso à informação: “los dos elementos centrales que pueden explicar el creciente interes y la consolidación de la convocatória son el derecho a acceder a información pertinente y relevante sobre cuestiones vinculadas com el desarrollo sostenible y el derecho a participar en las decisiones coletivas”³³. Dado o valor que os autores atribuem a esses princípios e por eles nos permitirem formar uma ideia de seu funcionamento, uma análise deles passa a ser de extrema importância para nossos fins.

De fato, como vimos no Gráfico 1 (p. 92), “el MAP III congregó a 160 participantes de los tres países, representando a 43 instituciones (Brasil 14, Perú 16 y Bolívia 13), entre las que se cuentan: 14 instituciones estatales, 8 Universidades, 11 ONG’s y 10 organizaciones internacionales” (Carta de Cobija sobre desenvolvimento sustentável da Região MAP (Madre de Dios-Perú, Acre-Brasil, Pando-Bolívia), Amazônia Sul-Occidental). O encontro MAP IV, por sua vez, “congregou mais de 600 participantes de nove países, representados por 164 instituições (sendo 92 do Brasil, 47 do Peru e 25 da Bolívia), assim subdivididas: 76 instituições estatais, 14 universidades, 74 ONG’s e organizações internacionais” (Carta de Brasília – Epitaciolândia – Acre, 15 a 18 de agosto de 2003).

“O encontro MAP V congregou mais de 1200 participantes inscritos, representando cerca de 227 instituições, sendo 152 do Peru, 51 do Brasil, 17 da Bolívia e 7 de outros países, dos quais 85 pertencem a instituições públicas, 13 a universidades, 62 a

³³ CHÁVEZ, Abdon Ramirez *et. al.* *Op. cit.* p 56.

ONG's e organizações internacionais" (Declaração de Puerto Maldonado). "El VI Foro MAP congregó a más de 600 participantes inscritos, representando a 167 instituciones, de las cuales 7 fueron organizaciones internacionales, 60 de Perú, 46 de Brasil y 47 de Bolivia. De estas, 49 pertenecen a instituciones gubernamentales, 29 a organizaciones no gubernamentales y 65 a otras instituciones, como movimientos sociales, universidades, federaciones, asociaciones de sindicatos rurales y representantes de pueblos indígenas" (Declaração de Cobija).

Pelos números acima, é inegável o aumento da participação da "sociedade civil" em cada encontro. Sobretudo, após o terceiro encontro.³⁴ Mas só uma maior participação da sociedade civil é o suficiente para resolver os problemas que assolam a região como a pobreza, a fome, as enfermidades, o analfabetismo e a contínua degradação dos ecossistemas? As coisas não são assim tão simples e, se elas estão sendo postas nesses termos, cremos que isto se deve a uma visão hostil para com o Estado, e deslumbrada para com a sociedade civil. Convém, assim, uma reflexão sobre a sociedade civil. Cabe também acrescentar àquela pergunta duas outras: *Que tipo de participação é essa?* e *Que função ela desempenha no processo?*

Para Canclini,

hoje se usa sociedade civil para legitimar as mais heterogêneas manifestações de grupos, organismos não governamentais, empresas privadas e até indivíduos. Apesar dos variados interesses e estratégias que animam estes setores, todos concordam em acusar o Estado pelas desgraças sociais e supõem que a situação melhoraria se este cedesse iniciativas e poder à sociedade civil. Mas como cada um entende de forma diferente este nome, esta entidade amorfa aparece como uma típica comunidade imaginária.³⁵

³⁴ O primeiro e o segundo encontros tiveram 25 e 70 participantes, respectivamente.

³⁵ CANCLINI, N. G. Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.

Rioja Ballivián,³⁶ citando Vargas Hernández, afirmará que a sociedade civil é a forma mais natural de autoorganização social. “Essas organizações primárias ou ‘de base’”, continua o autor, “criam em seu agir redes de solidariedade com um sentido de confiança e benefício mútuos e diferentes graus de coordenação. Em contraste com as organizações hierarquizadas, as redes de solidariedades não requerem regras explícitas nem aparatos burocráticos” (Tradução livre).

Não é raridade, entretanto, as formulações teóricas acríicas desse tipo tropeçarem nas pedras da realidade e do poder, e as relações presentes na sociedade civil realmente existente se mostrarem mais próximas do “estado de natureza” hobbesiano – em que impera a “luta de todos contra todos” e “o homem é lobo do homem” – do que desse paraíso “de solidariedades e de sentido de confiança e benefício mútuos”. Em relação ao MAP, Paula afirma que em uma carta assinada por representativos porta-vozes do MAP, enviada em fevereiro de 2005 à Embaixada dos Países Baixos na Bolívia, fica evidenciada de forma contundente a natureza das parcerias e da cooperação internacional em curso na região.

A finalidade da carta foi a de sugerir à referida embaixada (financiadora) a reformulação do projeto Conservação e Desenvolvimento Sustentável na Região MAP. O valor do financiamento era de aproximadamente U\$1,5 milhão e ele seria administrado por um consórcio liderado pela World Wildlife Fund – WWF cujos orçamentos anuais somam várias centenas de milhões de dólares. Além disso, a carta denuncia, entre outros: 1) o fato de que nenhuma organização local ou regional faz parte do consórcio; 2) a inexistência de participação local na elaboração do projeto, só se tomou conhecimento dele depois de pronto; 3) extrema centralização de informações e de poder na estrutura de comando do consórcio [...].³⁷

Esse “cenário hobbesiano” nos autoriza tomar grandes ONGs

³⁶ RIOJA BALLIVIÁN, Guillermo. *op. cit.* p. 10.

³⁷ PAULA, Elder Andrade de. *op. cit.*, 2005b.

(como a WWF) sob a rubrica de “Leviatãs do ambientalismo”. Mas para ser justo com o teórico inglês é preciso estabelecer uma diferença nada desprezível entre o papel que desempenham esses “novos Leviatãs” e a aquele sobre o qual Hobbes teorizara. Estamos falando do fato de que o Leviatã, em Hobbes, surge com o intuito de pôr fim ao terror e à “guerra de todos contra todos” que caracterizam o “estado de natureza”. Por seu turno, os Leviatãs do ambientalismo surgem não para superá-lo, mas para produzi-lo e reproduzi-lo sob o manto da cooperação” do ecologismo, do desenvolvimento sustentável, da democracia e da civilização.

Diante disso, é compreensível que movimentos sociais tenham lançado documentos repudiando as ações arbitrárias dessas ONGs na implantação de suas agendas conservacionistas sem consultá-los. Para eles, essas organizações estavam transformando o processo de participação e de decisão em mero *faz-de-conta*, sem força de decisão sobre coisas já previamente decididas. De sorte que a participação que aí se tem é “engessada” e sua principal função é dar legitimidade a um processo viciado, em que as decisões seriam tomadas de forma claramente antidemocrática.³⁸

Onde ficaria a solidariedade nessa relação? Na realidade, essas “redes de solidariedade” de que nos fala Rioja Ballivián estão mais para produzir “aglomerados de exclusão” e desconfi-

³⁸ No seminário Estratégias para o Século XXI para reduzir a pobreza e conservar a natureza na Amazônia Sul-Occidental: rumo a modelos de gestão participativos (essas informações são extraídas do documento da reunião de organização do referido seminário. O encontro, que envolveu representantes do Brasil e do Peru, se deu em Assis Brasil, Centro Paz e Bem, em 22 set 05) dentre outras coisas, os movimentos sociais manifestavam insatisfação com: 1) Falta de participação da população nas decisões políticas, devido a inexistência de mecanismos concretos de participação e controle social para uma verdadeira democratização do poder; 2) Falta de integração e colaboração efetiva com instituições não governamentais, devido aos seguintes fatores: movimentos sociais funcionando como mão de obra barata para as grandes instituições não governamentais e de cooperação internacional; inexistência de respeito, atenção e reconhecimento às iniciativas locais; não retorno dos resultados de pesquisas e projetos para as sociedades; o não fortalecimento das capacidades locais.

ança do que propriamente solidariedade e confiança e benefícios mútuos. Invocando os ensinamentos de Haesbaert³⁹ a este respeito, podemos dizer que “é como se tivéssemos não tanto os grupos sociais sendo excluídos (ou precariamente incluídos no) território, mas o próprio território, definido de fora para dentro (uma espécie de “natureza territorializada”), sendo excluído da sociedade [...]”.

Salutar é lembrar que o controle sobre o território e seus recursos foi um dos elementos indispensáveis na formação dos Estados nacionais e, portanto, também de sua soberania. Rioja Ballivián⁴⁰ sugere que, na verdade, através do “controle cultural”, as “redes” deveriam possibilitar isso mesmo, isto é, controle sobre os territórios. Mas, pelo que vemos, suas atuações têm resultado em algo bastante inverso. Elas têm resultado num processo de desterritorialização. É importante, assim, não perder de vista que as “redes”, como os demais elementos constituintes da sociedade civil, jamais “são completamente desmaterializadas”. E, sempre segundo Haesbaert, se entendidas “como componentes dos territórios, as redes podem assim estar a serviço tanto de processos sociais que estruturam quanto de processos que desestruturam territórios”.⁴¹ Seu papel é, portanto, ambivalente. Elas podem tanto levar a um maior controle sobre o território quanto trabalhar no sentido de transferir este controle a seu país sede (das “redes”). A fragilidade da soberania que daí poderia advir é, sem dúvida, tremenda. Não é preciso grande esforço para percebê-la já, diante dos olhos.

Mesmo para os sujeitos sociais a quem Rioja Ballivián dedica sua análise (campesinos e indígenas), o MAP não parece significar grandes mudanças em relação às outras instituições no tocante à construção de um processo democrático que pudesse redundar em controle sobre o território e os processos que este encerra. Perceberemos a validade dessa afirmação ao tomar conheci-

³⁹ HAESBAERT, Rogério. *Op. cit.*, p. 316.

⁴⁰ RIOJA BALLIVIÁN, Guillermo. *Op. cit.* p. 6.

⁴¹ HAESBAERT, Rogério. *Op. cit.*, p. 298-299.

mento das críticas destes sujeitos que o próprio autor reproduz em seu texto:

- Nosotros los campesinos e indígenas necesitamos tener espacios para hablar por nosotros mismo. Somos los verdaderos actores, pues vivimos en el bosque y no encontramos una abertura en MAP para colocar nuestras propuestas y nuestras ideas efectivamente. Nos gustaría ser respetados, de la misma forma que nosotros respetamos a los representantes de las instituciones y a las autoridades. Queremos tener voz en la toma de decisiones.
- Tiene que salir un resultado concreto para los campesinos e indígenas y para el desarrollo sostenible de la región. *Que la propuesta de desarrollo sostenible pase a ser construida en conjunto con las bases. El MAP es un espacio excelente, pero no nos están dando el espacio para intervenir. Nosotros tenemos la capacidad de diseñar el desarrollo sustentable que queremos.*
- Las instituciones deben dar el soporte técnico para que podamos actuar de forma efectiva en el desarrollo sustentable. *Las autoridades deben asegurar que se cumplan las decisiones de los campesinos e indígenas.*
- Que se cree un MAP productivo, donde se pueda discutir procesos de producción agro-extractivista para los tres países y también pueda ser definida una política de precios mínimos de los productos.
- *Para mejorar la participación de los campesinos e indígenas queremos tener espacios para hablar en todos los momentos. Queremos ser expositores en las mesas y participar en los grupos de trabajo, con más tiempo para discusiones y abierto a câmbios (grifos nossos)⁴².*

Vale observar que: 1) essas reivindicações estão no docu-

⁴² RIOJA BALLIVIÁN, Guillermo. *Op. cit.* p. 9.

mento do IV encontro do MAP, ou seja, datam do ano de 2003. E ainda nesse ano e nesse encontro esses sujeitos reclamam de não ter abertura para colocarem suas ideias e propostas efetivamente, pelo menos não o suficiente; 2) as propostas de desenvolvimento sustentável não estão sendo construídas com as bases; 3) esses sujeitos reclamam de suas ausências nas mesas e de certa rigidez na condução dos trabalhos e 4) que eles têm desconfiança quanto à observância do que ali pode ser acordado.

Mesmo diante dessas reivindicações, Rioja Ballivián faz um balanço positivo da atuação do MAP porque, de certa forma, inclui e permite aos indígenas e camponeses fazerem uso da palavra. “La iniciativa MAP ha logrado al momento”, prossegue o autor, “a través del proceso *pensar / actuar*, crear los espacios necesarios para que estos actores logren manifestar sus demandas en ámbitos amplios de discusión y que sean escuchados por los otros miembros de la *colectividad*”.⁴³

Além da legitimidade que essa inclusão pode dar a esse processo, vale ressaltar que aquilo que Haesbaert⁴⁴ denomina “aglomerados de exclusão” contempla uma espécie de inclusão precária ou precarizada. “Os aglomerados de exclusão”, diz o autor, “mais do que espaços à parte, claramente identificáveis, são fruto de uma condição social extremamente precarizada, onde a construção de territórios ‘sob controle’ (termo redundante) ou ‘autônomos’ se torna muito difícil, ou completamente subordinada a interesses alheios à população que ali se reproduz.”

Mas é preciso ponderar sobre essa “inclusão” de que nos fala Rioja Ballivián. Seu otimismo, por exemplo, não é partilhado por Chávez, autor também entusiasta e dirigente do MAP. Para esse último autor, “a participação dos indígenas e dos camponeses é uma espécie de calcanhar de Aquiles da Iniciativa MAP”. Uma participação que ele mesmo considera “irregular e pouco proporcional. De tal maneira que se pode afirmar que as questões referi-

⁴³ RIOJA BALLIVIÁN, Guillermo. *Op. cit.* p. 9.

⁴⁴ HAESBAERT, Rogério. *Op. cit.*, p. 327.

das ao indígena e ao camponês têm incidido mais formalmente do que de forma prática na agenda do MAP”.⁴⁵

Por ocasião do *II Encontro de povos indígenas da Amazônia Sul-Occidental (Brasil-Peru-Bolívia)*,⁴⁶ conversávamos com algumas lideranças indígenas ao respeito do MAP. Perguntávamos sobre sua participação na Iniciativa e se o encontro guardava algum vínculo com ela, posto que também é trinacional. Uma liderança falava que o encontro visava construir a união dos povos indígenas da região e, a partir daí, buscar a autonomia destes diante de outros sujeitos e dos governos da região. Quanto ao MAP, ele foi muito incisivo: “Lá quem manda são as ONGs”. Suas palavras mostram muito claramente o sentimento de quem não se sente representado pela iniciativa. Talvez esteja aí a principal explicação para o fato de as lideranças indígenas não tomarem parte nela de forma tão ativa.

Quanto ao princípio do acesso à informação, a centralização (*falta, escassez ou déficit*, como chamam os eufemistas) joga por terra não só a pretensão do segundo fator de prestígio e sucesso do MAP, mas coloca em questão sua própria existência. Quando na pesquisa de um trabalho recente,⁴⁷ entramos em contato com *muitos* participantes ativos do MAP na busca de saber sobre todas as instituições que dele faziam parte e as que o financiavam, quase a totalidade deles de forma gentil e atenciosa nos recomendou consultar Foster Brown,⁴⁸ um de seus dirigentes. Foster Brown,

⁴⁵ CHÁVEZ, Abdon Ramirez *et. al.* *Op. cit.* p 176-177.

⁴⁶ Esse encontro se deu no Teatro Hélio Melo, em Rio Branco, Acre, de 17 a 20 de julho de 2007.

⁴⁷ SOUZA, Israel Pereira Dias de. *Op. cit.*

⁴⁸ Radicado no Brasil por mais ou menos 15 anos, Brown foi personagem chave na construção de parcerias trinacionais em pesquisa e desenvolvimento na região e ajudou a organizar o foro regional inicial de suas universidades em 1999. É o pesquisador principal para LBA no Acre e atualmente dirige o projeto Mudanças de Cobertura da Terra na área Trifronteiriça do Brasil, Bolívia e Peru: *Implicações para o Uso Sustentável da Terra no Sudoeste da Amazônia*, financiado pela NASA dos EUA. Ele trabalhou também no Comitê Brasileiro da LBA para Treinamento e Educação.

geoquímico, é membro da *Woods Hole Research Center* (WHRC) e, sem dúvida nenhuma, o maior entusiasta e articulador do MAP.

Quando perguntado por que na página da iniciativa não constam os nomes das instituições estrangeiras que dela fazem parte e a financiam, mas apenas as instituições da região, Foster Brown assegurou que isso é uma questão de “debilidade”, que em breve será superada. Ele mesmo reconheceu a importância de se disponibilizar essas informações. Mas, ao mesmo tempo, disse não saber dessas instituições (participantes e financiadoras, sobretudo, as estrangeiras). Mas se Foster não sabe, quem poderá sabê-lo? Com efeito, diante desse cenário, o que obstará que se interpretasse isso como um sinal de centralização e/ou ocultação de informações, seja dentro da própria iniciativa seja desta para a sociedade?

Como se viu, a constatação da centralização de informações e a forma antidemocrática com que são tomadas as decisões em seu âmbito deixam sem consistência toda a afirmação de que “seu vigor se deve à ausência de hierarquia estabelecida e na adoção de um esquema institucional sumamente flexível e aberto”.⁴⁹ Sob esse prisma, nada há que nos autorize a afirmativa de que estamos a assistir iniciativas inovadoras em relação ao meio ambiente e ao desenvolvimento que pudessem significar uma espécie de “redenção regional” sustentada sobre os ombros de uma democracia efetiva.

Considerações finais

Como procuramos mostrar neste trabalho, o envolvimento da sociedade civil local no enfrentamento dos problemas de ordem sócio-ambiental na região analisada, foi naturalizado como panacéia para todos os males. A Iniciativa MAP não só tem concorrido para essa naturalização, como também para difundir a crença na “virtú” de uma cooperação internacional mediada, sobretudo, na esfera da sociedade civil internacional por ONGs e ANGs comprometidas com o ambientalismo. Contudo, em que pese o seu relati-

⁴⁹ CHÁVEZ, Abdon Ramirez et. al. *Op. cit.* p 56.

vo êxito no envolvimento de atores sociais diversos nesse processo, vem enfrentando conflitos crescentes no seu cotidiano, o que é bastante compreensível.

Em um cenário marcado pelo aprofundamento da exploração do trabalho e dos recursos naturais também na Amazônia, as promessas de bem-estar geral ficam cada vez mais distantes. Longe de apontar para a satisfação das principais demandas dos segmentos sociais subalternos, os apelos à participação da sociedade civil têm concorrido efetivamente para legitimar os interesses das classes dominantes locais associadas e/ou subordinadas ao domínio neocolonialista na formulação de políticas e estratégias de desenvolvimento na região. Nesse sentido, a atuação da Iniciativa MAP tem contribuído eficazmente para reduzir ou anular o protagonismo dos sujeitos sociais constituídos nas lutas de resistência, colocando-os sob a tutela de agências e organizações não governamentais que, via de regra, estão comprometidas com a espoliação capitalista.

Enfim, ao analisarmos os mecanismos que orientam o funcionamento da sociedade civil realmente existente, constatamos a enorme distância que a separa das idealizações que têm norteado o discurso hegemônico. Nesse sentido, o exercício da contra-hegemonia passa, necessariamente, pela superação dessa visão liberal fetichista e pelo entendimento de que, ao contrário de um sujeito ou espaço esterilizado, a sociedade civil em âmbito planetário materializa e reproduz as contradições de classes e as assimetrias nas relações de poder Norte/Sul também em escala global. Isto é, ao invés de suscitar a pacificação dos conflitos em torno de uma suposta cooperação e solidariedade, a sociedade civil realmente existente tem se assemelhado ao estado de natureza hobbesiano, onde impera “a luta de todos contra todos”. Nela, até o momento, têm reinado os Leviatãs do ambientalismo.

Carnaval de mau gosto, esse em que o colonialismo busca vestir-se de verde e confundir-se entre os populares...

Recebido em março de 2009

Aprovado em abril de 2009